

MOTA, Lúcio Tadeu & NOVAK, Éder da Silva, *Os Kaingang do Vale do Ivaí – PR. História e relações interculturais*, Maringá, EDUEM, 2008, 190pp.

Francisco Silva Noelli<sup>1</sup>

A história da formação territorial do Brasil está longe de ser esgotada, constituindo um campo aberto à pesquisa. Felizmente, o estudo da dinâmica da ocupação e da manutenção dos espaços ganha cada vez mais adeptos fora da diplomacia, entre antropólogos, historiadores, sociólogos, arqueólogos, geógrafos e biólogos que, eventualmente, cooperam de modo multidisciplinar em abordagens regionais e locais. Nos últimos vinte anos apareceram novidades que gradativamente vêm contribuindo para renovar vários temas da história do Brasil, superando os tradicionais quadros orgânicos consolidados e reproduzidos desde Varnhagen – novidades profundamente marcadas por uma forte influência da antropologia e das perspectivas pós-coloniais.

Um dos campos promissores é a “História Indígena”, que cresce de forma continuada e consistente desde o início dos anos 1990, dialogando com teorias e metodologias de padrão internacional e abrindo espaço para pesquisadores descompromissados com os parâmetros colonialistas do século 19. Com uma perspectiva pós-colonial, que inclui os povos indígenas, os africanos, os afrodescendentes, os caboclos e os “outros” como sujeitos, cria as condições para implementar de modo mais realista a temática da “formação da sociedade brasileira”. São abolidos estereótipos arraigados que distorceram e ignoraram a participação dos imensos contingentes humanos que contribuíram na sociedade, na economia, na cultura, nas ciências, na geopolítica etc.

O caso do Paraná é exemplar em termos de mudança nos fundamentos teóricos e, por que não, políticos, da antropologia e da historiografia. Até pouco tempo ainda aparecia na produção dos intelectuais e de vários titulares das principais instituições de ensino superior, uma perspectiva mistificadora capaz de argumentar em favor da tese do “vazio demográfico” paranaense e do projeto “civilizador” das sociedades indígenas. Como foi possível tal cenário? Somente uma história da historiografia e da antropologia paranaense poderá desentranhar o contexto e as motivações dessa perspectiva colonialista.

De outro lado, desmontando os anacronismos, surgem pesquisadores dedicados tanto à temática indígena quanto aos quilombolas, caboclos, imigrantes e outros grupos, revelando a existência de um processo histórico muito mais rico, complexo e multifacetado. É o caso dos povos Kaingang, cuja história vem sendo pesquisada desde o início da década de 1990. Destaca-se Lúcio Tadeu Mota, autor de vários livros e artigos que delineiam com erudição e crítica antropológica e historiográfica os mais diversos aspectos relativos aos Kaingang e seus processos históricos. Seu levantamento abrange fontes publicadas e inéditas, jornais, dados arqueológicos e a historiografia tradicional. Desde Maringá, lidera um grupo de pesquisa multidisciplinar e participa na formação de novos pesquisadores, contribuindo para o crescimento e a divulgação da história indígena e da história regional. Também trabalha em parceria com diversas comunidades kaingang, em busca da melhoria da qualidade de vida em projetos concebidos a partir da articulação dos interesses indígenas.

Em conjunto com Éder Novak, Lúcio Mota realizou a mais detalhada pesquisa sobre os territórios kaingang, desde meados do século 18 até o presente. Eles deram um foco regional, dedicado ao vale do rio Ivaí, onde atualmente existem três Terras Indígenas registradas pela Funai. O principal objetivo é mostrar o longo processo histórico da ocupação kaingang do vale do Ivaí e, a partir do período colonial, as suas

relações com os agentes portugueses e brasileiros, até a delimitação territorial que sistematicamente reduziu espaços e confinou os Kaingang a verdadeiros campos de concentração. Em meio ao processo histórico, emergem as diversas demandas e lutas políticas levadas a cabo pelos Kaingang em defesa dos seus direitos e da autodeterminação. Das fontes escritas destacam-se inúmeros personagens que lideraram verdadeiros movimentos civis em face dos movimentos de ocupação e retalhamento do interior do Paraná pelos agentes governamentais e cidadãos coloniais, imperiais e republicanos. Há vários exemplos de como os Kaingang desenvolveram suas relações interculturais, revelando diversos padrões e estratégias de comportamento para com os “brancos” e outros povos indígenas.

Além da grande quantidade de fontes inéditas levantadas em diversos arquivos públicos do país, merece destaque a precisão geográfica dos contextos em que os Kaingang atuaram e atuam na área do rio Ivaí. Com a abordagem georreferenciada e o SIG, orientados e delimitados por dados fundiários presentes na documentação produzida pelo Estado e pela Justiça, é possível observar os detalhes do longo processo de espoliação territorial sofrido pelos Kaingang. Tal metodologia é novidade e deve servir de exemplo aos antropólogos, historiadores e demais agentes dos órgãos públicos, pois a grande maioria dos territórios indígenas do Brasil passou por processos semelhantes. Também deveria ser observada com muita atenção pelos antropólogos, especialmente nestes tempos de laudos antropológicos para reconhecimento e delimitação de territórios tradicionais. A união de pesquisa antropológica, histórica, cartográfica e georreferenciamento deveria servir para rever a questão fundiária brasileira e a legislação vigente em prol dos direitos civis, a exemplo dos inúmeros processos do Ministério Público a favor dos movimentos da sociedade civil organizada. E, também, contribuir para a reflexão crítica dos limites entre o labor acadêmico e o político.

Seria interessante que a pesquisa do vale do Ivaí fosse ampliada para os séculos 16 e 17, para mostrar como foi ocupado nos dois primeiros séculos do período colonial. Mota e Novak organizaram os dados arqueológicos em mapas de ocupação por períodos, posicionando os sítios conforme suas “tradições arqueológicas” (marcadores materiais que distinguem grupos humanos), que podem remontar a 10 mil anos atrás. Já existem dados suficientes para demonstrar a continuidade entre as evidências arqueológicas e as populações historicamente conhecidas, para estabelecer um cenário mais consistente dos processos de continuidade e mudança dos territórios ocupados no que hoje é o Paraná, sobretudo pelos Guarani e Kaingang.

Esse cenário dos dois primeiros séculos também poderia ser abordado em termos de demografia histórica indígena e de história das epidemias, dois temas ignorados no Brasil, mas que são importantes nas pesquisas antropológicas nos demais países das Américas. As fontes do período deixam claro que o baixo e o médio rio Ivaí eram dominados pelos Guarani, e que os Kaingang ocupavam o alto curso até as cabeceiras. A ação das epidemias e os movimentos de fuga, seguidos em menor escala pelo escravagismo bandeirante e paraguaio, levaram a densidade demográfica da região ao colapso, abrindo espaço para os Kaingang em todo o rio Ivaí, assim como outras bacias hidrográficas paranaenses.

Por fim, o livro é um exemplo da abordagem multidisciplinar, especialmente entre as perspectivas antropológicas, históricas e arqueológicas, com um formato pouco usual no Brasil. A pesquisa merecia uma nova etapa, dedicada a revelar e a analisar os significados que os Kaingang atribuem ao seu passado e ao seu presente, em relação aos temas do livro.

## Nota

<sup>1</sup> Prof. aposentado da Universidade Estadual de Maringá, Paraná.